

pressão vê-se de facto exercida. Espalha-se publicamente. É confessada, proclamada. Isso causar-nos-ia horror se a habituação não nos tivesse endurecido tanto.

Os partidos são organismos pública e oficialmente constituídos de maneira a matar nas almas o sentido da verdade e da justiça.

A pressão colectiva é exercida sobre o grande público através da propaganda. O objectivo confessado da propaganda é persuadir e não comunicar a luz. Hitler viu muito bem que a propaganda é sempre uma tentativa de escravização dos espíritos.

Todos os partidos fazem propaganda. Aquele que a não fizesse desapareceria pelo facto de os outros a fazerem. Todos confessam fazer propaganda. Nenhum deles é tão audacioso na mentira ao ponto de afirmar que pretende a educação do público ou que forma o julgamento do povo.

É verdade que os partidos falam de educação a respeito daqueles que vieram até ele, simpatizantes, jovens, novos aderentes. Essa palavra é uma mentira. Trata-se de um adestramento para preparar a usurpação bem mais rigorosa que é exercida no pensamento dos seus membros.

Suponhamos o membro de um partido — deputado, candidato ao parlamento ou simplesmente militante — que afirme em público o seguinte compromisso: «Todas as vezes que examinar um qualquer problema político ou social, comprometo-me a esquecer absolutamente o facto de ser membro de determinado grupo e a preocupar-me exclusivamente em discernir o bem público e a justiça.»

Esse discurso seria muito mal acolhido. Os do seu partido e até vários outros acusá-lo-iam de traição. Os menos hostis diriam: «Porque aderiu ele então a um partido?», confessando assim ingenuamente que, ao entrarmos num partido,

renunciamos a procurar unicamente o bem público e a justiça. Esse homem seria excluído do seu partido, ou pelo menos ser-lhe-ia retirada a investidura; certamente não voltaria a ser eleito.

Mais do que isso, não parece sequer possível que se recorra a semelhante discurso. De facto, salvo erro, tal nunca aconteceu. Se palavras aparentemente vizinhas dessas foram pronunciadas, terá sido apenas por homens desejosos de governar com o apoio de outros partidos que não o seu. Tais palavras soaram então como uma espécie de desonra.

Em contrapartida, considera-se perfeitamente razoável e honroso que se diga «enquanto conservador» ou «enquanto socialista, penso que...».

Na verdade, isso não é exclusivo dos partidos. Também não vemos ninguém corar ao dizer «enquanto francês, penso que...», «enquanto católico, penso que...».

Raparigas que se diziam ligadas ao gaulismo como se este fosse o equivalente francês do hitle-rianismo acrescentavam: «A verdade é relativa, mesmo em geometria.» Tocavam no ponto central.

Se não existe verdade, é legítimo pensar desta ou daquela maneira, na medida em que de facto julgamos ser esta ou aquela coisa. Como temos cabelo preto, castanho, ruivo ou louro, assim emitimos estes ou aqueles pensamentos. O pensamento, tal como o cabelo, é então resultado de um processo físico de eliminação.

Se reconhecermos que existe uma verdade, apenas nos é permitido pensar aquilo que é verdadeiro. Pensa-se então uma dada coisa, não por nos julgarmos de facto franceses, católicos ou socialistas, mas porque a luz irresistível da evidência nos obriga a pensar assim e não de outro modo.

Se não houver evidência, se houver dúvida, torna-se então evidente que, no estado de conhe-

cimentos de que dispomos, a questão é duvidosa. Se existe uma fraca probabilidade de um dos lados, é evidente que existe uma fraca probabilidade; e assim por diante. Em qualquer dos casos, a luz interior concede sempre a quem quer que a consulte uma resposta manifesta. O conteúdo da resposta é mais ou menos afirmativo; pouco importa. É sempre susceptível de revisão, mas nenhuma correcção pode ser aplicada, a não ser para aumentar a luz interior.

Se um homem, membro de um partido, estiver absolutamente decidido a apenas ser fiel, em todos os seus pensamentos, à luz interior e a nada mais, exclusivamente, não pode dar a conhecer essa decisão ao seu partido. Passa então a estar com o partido em estado de mentira.

Trata-se de uma situação que só pode ser aceite por via da necessidade que nos impele a entrar num partido para agir eficazmente nos assuntos públicos. Mas essa necessidade é então